

ANO 2019

**CONSULTA PRÉVIA PARA AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS PARA A
ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE EMERGÊNCIA EM
PROTECÇÃO CIVIL DO MUNICÍPIO DE SINES (PMEPC) E DO
PLANO DE EMERGÊNCIA EXTERNO DO MUNICÍPIO DE
SINES (PEE)**



Declaração de aceitação do conteúdo do Caderno de Encargos



DECLARAÇÃO ANEXO I

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º do Código dos Contratos Públicos]

1 — Rui Perfeito dos Santos Ferreira Neves, portador do Cartão de Cidadão nº 09801287 8 ZX7, com domicílio profissional na Rua Padre António, nº 232, piso 5, sala 5.3, 4470-136 Maia, na qualidade de representante legal de **HIDURBE SERVIÇOS, S.A.**, pessoa colectiva nº 500361193, com sede na Rua Padre António, nº 232, piso 5, sala 5.3, 4470-136 Maia, tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de Consulta Prévia para **“Aquisição de Serviços para a Elaboração do Plano Municipal de Emergência em Proteção Civil do Município de Sines (PMEPC) e do Plano de Emergência Externo do Município de Sines (PEE)”**, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 — Declara também que executa o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo:

- a) Declaração de aceitação do Caderno de Encargos;
- b) Atributos da proposta;
- c) Certidão permanente;
- d) Outros documentos

3 — Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 — Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

5 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de

agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 — Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga -se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas *b)*, *d)*, *e)* e *i)* do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código.

7 — O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

Maia, 20 de Março de 2019